



UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
Escola de Minas
Departamento de Arquitetura e Urbanismo



Guilherme Hugo Figueiró

Territorialidades para a vida:
Espaço cultural Gruta! um território LGBTQIAPN+

OURO PRETO – MG

2025

Guilherme Hugo Figueiró

Territorialidade para a vida:
Espaço cultural Gruta! um território LGBTQIAPN+

Trabalho Final de Graduação apresentado ao
Curso de Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal de Ouro Preto, como
requisito para a obtenção do grau de Bacharel(a)
em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador(a): Profa. Dra. Karine Gonçalves
Carneiro

Ouro Preto

2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

F475t Figueiro, Guilherme Hugo.

Territorialidade para a vida [manuscrito]: espaço cultural Gruta! um território LGBTQIAPN+. / Guilherme Hugo Figueiro. - 2025.
59 f.: il.: color..

Orientadora: Profa. Dra. Karine Gonçalves Carneiro.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Escola de Minas. Graduação em Arquitetura e Urbanismo .

1. Ontologia. 2. Centros de Convivência e Lazer. 3. LGBTQIAPN+. I. Carneiro, Karine Gonçalves. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 72:711.4

Bibliotecário(a) Responsável: Soraya Fernanda Ferreira e Souza - SIAPE: 1.763.787



FOLHA DE APROVAÇÃO

Guilherme Hugo Figueiró

Territorialidades para a vida: Espaço cultural Gruta! um território LGBTQIAPN+

Monografia apresentada ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel

Aprovada em 04 de abril de 2025

Membros da banca

Profa. Dra. Karine Gonçalves Carneiro - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof. Dr. Guilherme Ferreira de Arruda - Universidade Federal de Ouro Preto
Ms. David Maurity - Coletivo Toda Deseo

Profa. Dra. Karine Gonçalves Carneiro, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 02/09/2025



Documento assinado eletronicamente por **Karine Goncalves Carneiro, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 02/09/2025, às 12:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0971466** e o código CRC **445FC019**.

Agradecimentos

Gostaria de usar esse espaço para agradecer primeiramente minha mãe, que abdicou de tanto e por tanto tempo para que eu agora pudesse estar escrevendo esse texto e concluindo meu curso. Agradeço também ao meu avô que até o ultimo de seus dias sempre me ensinou muito e sempre me incentivou a ler e aprender coisas novas. Agradeço também as minhas irmãs que sempre estiveram do meu lado e me apoiaram no meu caminho, mesmo quando eu não acreditava em mim. Aos meus amigos por fazerem o meu caminho mais leve e enriquecedor, em especial Luís e Letícia, Luís por me ensinar do meu próprio valor e por todo o carinho desses anos e Letícia pelo companheirismo por toda a graduação, através de todos os surtos e choros. Gostaria de agradecer também a Karine (vou me abster de títulos por esse segmento, se me der essa licença) por me apresentar uma nova possibilidade de futuro, me encorajar nesse caminho, pela paciência em me guiar no processo e pela confiança colocada em mim. Agradeço também ao Professor Guilherme, pelas contribuições nas bancas, com suas pontuações e referências ricas. Gostaria de agradecer também David e Tulio pela ajuda no processo desse TFG, sendo sempre solícitos e acessíveis.

“Classificar somente os atos abertos e radicais como resistência, significa aceitar que a estrutura de dominação defina para nós o que é e o que não é resistência”

(James C. Scott)

“A Gruta é uma prova de que as pessoas podem se reunir em torno do objetivo de manter um espaço cultural de pé”

(Marcelo Veronez)

“Se não posso dançar, não é minha revolução.”

(Emma Goldman)

Resumo

Este trabalho é um estudo de caso do espaço cultural Gruta! na cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. O estudo surge da compreensão da escassez de pesquisas que tenham como foco a comunidade LGBTQIAPN+ e do entendimento da potencialidade que os territórios ocupados por tais comunidades tem em termos de transformação social e acolhimento. Entendendo então que a apropriações de espaços físicos são um processo de r-existência e subversão de um sistema cisheteronormativo, que segrega, invisibiliza, agride e mata corpos que fogem do padrão estabelecido, gerando uma necessidade de criação de territórios ontológicos em que tais comunidades marginalizadas possam sobreviver, se reinventar e criar um sentido de comunidade, afim de combater a opressão que lhes é imposta.

Palavras-chave: território; ontologia; r-existência; LGBTQIAPN+; Belo Horizonte.

Abstract

This work is a case study of the cultural space Gruta! in the city of Belo Horizonte, Minas Gerais, Brazil. The study arises from an understanding of the scarcity of research focusing on the LGBTQIAPN+ community and the potential of the territories occupied by these communities have in terms of social transformation and welcoming. Understanding that the appropriation of physical spaces is a process of r-existence and subversion of a cisheteronormative system, which segregates, invisibilizes, assaults and kills bodies that deviate from the established pattern, generating a need to create ontological territories in which these marginalized communities can survive, reinvent themselves and create a sense of community, in order to combat the oppression imposed on them.

Keywords: territory; ontology; r-existence; LGBTQIAPN+; Belo Horizonte.

Sumário

1 – Introdução.....	07
2 – História do Movimento LGBTQIAPN+.....	15
2.1 – Movimento LGBTQIAPN+ no Brasil.....	15
2.2 – Movimento LGBTQIAPN+ em Belo Horizonte.....	21
3 – Abordagens teóricas conceituais: território e territorialidades.....	31
3.1. – Território e territorialidades para a vida: as contribuições de Arturo Escobar.....	32
3.2. – R-existir: Processo de reinvenção da identidade e fortalecimento da comunidade.....	35
4 – Territorialidades LGBTQIAPN+ em Belo Horizonte: Estudo de caso.....	36
4.1. – Cartografia física: as paredes podem falar.....	45
4.2. – Cartografia digital: análise da comunicação pelo Instagram.....	51
4.3. – Gruta! r-existência e ontologia vivenciada e registrada.....	55
5 – Considerações Finais.....	55
Referências.....	57

1 – Introdução

A comunidade LGBTQIAPN+¹ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis, Queer, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários e mais) é historicamente perseguida, marginalizada e apagada da história e dos territórios, sendo considerada composta por corpos considerados indesejados e impróprios para o convívio com a sociedade cisheteronormativa hegemônica. Diante dessa situação, nos parece importante a criação de estratégias e ferramentas que possam contribuir para sobrevivência coletiva e de reafirmação das identidades da população LGBTQIAPN+.

A história do movimento LGBTQIAPN+, no Brasil, se remete ao ano de 1978, com a criação do jornal *Lampião da Esquina* e do Grupo de Afirmação Homossexual – Somos (SP). Tanto o jornal quanto o movimento levaram, por sua vez, à articulação do Movimento Homossexual Brasileiro (MHB). Entretanto, é importante ressaltar que há riscos referentes a essa datação, pois cria um mito fundacional, o que poderia desconsiderar e desvalorizar tentativas prévias de organização da comunidade e de sua luta (Bortolozzi, 2019).

Já no caso de Belo Horizonte (BH), que será tratado de modo mais específico neste trabalho, fazendo uma análise prévia da história, foi possível obter registros de um protoativismo LGBTQIAPN+, cujo início remete ao ano de 1959. De acordo com Queiroz (2018), naquele momento, houve uma tentativa, ainda que fugaz ou frustrada, de criar um grupo ou organização coletiva em BH.

Importante destacar que, pelo número de perdas de pessoas dessa comunidade frente a pandemia de HIV/AIDS na década de 80, somadas às formas como a sociedade e o governo ignoravam as mortes desses corpos considerados indesejados, que até consideravam como um “câncer gay” (Ferraz, 2017), foram organizados atos de revolta, de luta, de denúncia, além de ações de política pública, a fim de fomentar a sensibilização da população

¹ Utilizaremos a sigla LGBTQIAPN+ (que significa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transsexuais e Travestis, Intersexuais, Assexuais, Pansexuais, Não-Binários e mais) como referência à comunidade não cisheteronormativa, por acreditarmos ser a sigla mais atual e abrangente para tal população, cientes, entretanto da existência de outras tais como LGBT+.

cisheteronormativa. Tais atos tinham também o objetivo de criar uma memória coletiva LGBTQIAPN+, também explicitando que se concretizavam em determinados lugares, em determinados territórios – registros no espaço das cidades da resistência e da luta.

Isso pode ser visto, por exemplo, no ato de revolta no Ferro's Bar, em São Paulo, em virtude da proibição da venda do periódico lésbico ChanaComChana (Fig. 1).

Figura 1: Capa de um dos volumes do periódico ChanaComChana



Fonte: Mídia Ninja, 2022

Tal ato, chamado de “Stonewall brasileiro”, marcou a criação do Dia do Orgulho Lésbico do estado de São Paulo (Ferraz, 2017). Outro acontecimento exemplificativo foi a Revolta do Porto Sauípe (Fig. 2), no qual a população do Porto Sauípe, distrito de Entre Rios, na Bahia, foi às ruas em julho de 2016, em protesto contra as mensagens de ódio afixadas à parede do templo de um pastor daquela cidade (Braga, 2016). Com esses dois exemplos, chamamos a atenção para o fato de que marcos importantes da luta LGBTQIAPN+ ocorrem em lugares específicos, criando, portanto, memórias atreladas à dimensão territorial. Em

outras palavras, vale dizer que as lutas se concretizam e se materializam nos territórios das cidades, gerando e criando territórios de afirmação de vida.

Figura 2: Manifestantes da Revolta de Sauípe



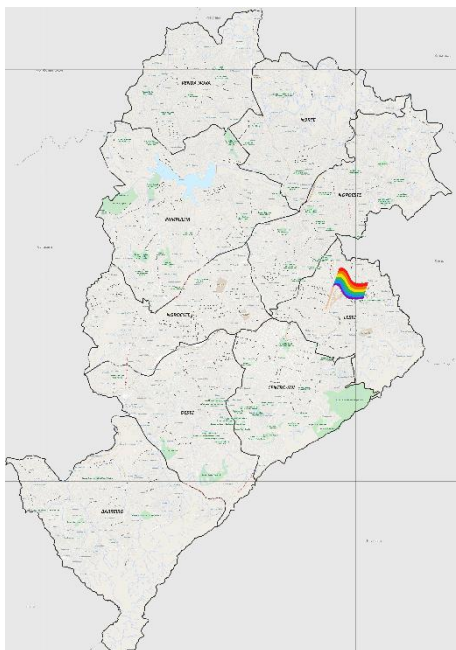
Fonte: Clipping LGBTQ+, 2016

Desse modo, o histórico de apagamentos e violências à população LGBTQIAPN+ nos faz pensar, no campo da arquitetura e do urbanismo, que é necessária uma análise crítica das territorialidades a ele vinculada, considerando, nesse contexto, as resistências e lutas. Isso porque acreditamos que o padrão cisheteronormativos tende a não permitir que a população LGBTQIAPN+ se veja representada e pertencente a espaços *mainstream*. Como consequência, compreendemos que, por vezes, territórios que geram a identificação dessa comunidade não possuem visibilidade e valorização, conduzindo-os para situações de marginalização e exclusão.

Tal situação não é exclusiva de determinadas cidades brasileiras, mas faz parte da realidade de diversas localidades, dentre elas a cidade de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. É nesse sentido que destacamos, em BH, um local criado no início dos anos 2000, localizado na região leste da cidade, no bairro Horto, e que tem se afirmado como um território de resistência e de

sociabilidade para a comunidade LGBTQIAN: o espaço cultural Gruta! (Figs. 3 e 4).

Figura 3: Mapa de Belo Horizonte, demarcando a localidade do espaço cultural Gruta!



Fonte: Acervo pessoal

Figura 4: Show de Marcelo Veronez na Gruta!



Fonte: Estado de Minas, 2022

O interesse pela Gruta! reside não apenas em virtude de sua referência territorial para parte da comunidade LGBTQIAPN+, mas também por se conformar, como veremos adiante, como um espaço de resistência pela festa, pela cultura, pela luta política e pela coletividade que marca sua

operacionalização. Na atualidade, uma das principais formas de fomento da Gruta! está vinculada a propostas aprovadas em editais da Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte (Fig. 5). Assim, esse território se tornou um espaço de grande identificação para a comunidade LGBTQAIPN+ e será o nosso estudo de caso nesta monografia.

A Gruta já se provou fundamental para quem a frequenta e a melhor prova disso é o engajamento gigante quando falamos de assuntos relacionados à permanência do espaço. As pessoas se envolvem, financeiramente ou não, e isso nos deixa muito felizes e com a certeza de estarmos fazendo um trabalho essencial para uma grande parcela de artistas e frequentadores desse cantinho tão querido. (Veronez, 2022 apud SouBH, 2022)

Figura 5: Placa posicionada na entrada da Gruta!



Fonte: Acervo do autor

Por isso, nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo geral cartografar as dimensões da territorialidade do espaço cultural Gruta!, em Belo Horizonte, ou seja, compreender a apropriação que a comunidade LGBTQAIPN+ faz do território e o potencial do local como um espaço de reafirmação das identidades e de afeto, na intenção de valorizar e dar visibilidade a estratégias que a população da capital mineira criou para manter viva e resistente a população não-cisheteronormativa.

Além disso, como objetivos específicos pretendemos: levantar e compreender o surgimento dos movimentos LGBTQIAPN+ no Brasil e, de modo mais específico em Belo Horizonte, com o intuito de entender as estratégias e mecanismos criados por essa comunidade para a sobrevivência e celebração da vida; levantar referências teórico-analíticas que nos permitam trabalhar a noção de território numa perspectiva não capitalista e, portanto, vinculada à vida não-hegemônica, para dar visibilidade e respeito às populações marginalizadas; cartografar as territorialidades da Gruta!, com a intenção de compreender e

registrar as motivações dos esforços da comunidade para a produção e proteção da sua existência, de forma a compreender o diferencial dos territórios que permitem a criação de segurança e identificação da população LGBTQIAPN+.

No âmbito da temática mais geral, a pesquisa proposta se justifica pela invisibilização da comunidade LGBTQIAPN+ na sociedade brasileira, fruto do preconceito histórico e estrutural, o que parece gerar um déficit de territórios nos quais a comunidade se sente segura e livre para se expressar e demonstrar afetos e modos de vida. Nesse sentido, importante ressaltar que, de acordo com o estudo pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA) (2023), o Brasil, em 2022 foi, pelo 14º ano consecutivo, o país que mais matou pessoas transexuais e travestis no mundo, mostrando como desde a fundação da primeira instituição de luta contra a transfobia e pelos direitos trans – a Associação de Travestis e Liberados (ASTRAL) –, o maior problema enfrentado pela comunidade, que é a violência e assassinatos dos corpos transexuais, permanece permeando a mesma sociedade que também é a maior consumidora de conteúdos pornográficos que são encenados por essa população. Sendo assim, a produção de pesquisas e trabalhos que se proponham a estudar as territorialidades das pessoas não cisheteronormativas pode vir a contribuir para o tema e para a mudança do cenário de apagamento e violência. Aliado a isso, a proposição deste trabalho também se deve a uma motivação pessoal de estudar territórios que se convertem em ferramentas de transformação social. Ao longo da graduação, tenho trabalhado com populações vulnerabilizadas, como é o caso das pessoas atingidas por barragens ou que sofrem violações ocasionadas pela mineração. Populações que têm pouca ou nenhuma assistência por parte dos entes públicos. Entretanto, até o presente momento, a população não cisheteronormativa não havia sido foco de meus estudos ao longo do curso de Arquitetura e Urbanismo. Tal fato, me gerou o anseio e a vontade de produzir e registrar conhecimentos e histórias da população LGBTQIAPN+, no âmbito da Arquitetura e Urbanismo, principalmente na dimensão da resistência e da luta que engendram territórios de relevância e potencialidades. Ainda, como parte dessa comunidade, gostaria de trazer para a academia esse tema também tão importante e parte de minha vida.

No que diz respeito às escolhas vinculadas ao estudo de caso, a decisão pela cidade de Belo Horizonte ocorreu, primeiramente, por ter tido, inicialmente, o desejo de trabalhar com a cidade de Ouro Preto. Entretanto, não identifiquei nenhum marco territorial intrinsecamente criado e voltado à comunidade LGBTQIAPN+, com abertura para o envolvimento da cidade como um todo, não se restringindo a ações vinculadas à projetos acadêmicos. Por isso, me voltei para a capital mineira, por relação de proximidade, mas também por entendermos a cidade como uma centralidade importante para o estado e, consequentemente, para a comunidade LGBTQIAPN+, uma vez que grandes centros acabam por se tornar locais atrativos para populações excluídas que buscam maior liberdade e segurança para se expressarem e viverem de acordo com suas identidades e sexualidades.

A escolha da Gruta! ocorreu a partir de conversas com a população belorizontina e com pessoas que convivem com a cidade. Nessas conversas, pudemos observar que essas pessoas reconhecem a Gruta! como um local de resistência e identificação da comunidade LGBTQIAPN+. Ainda, também notamos, pelas pesquisas iniciais, que a forma de organização do espaço cultural busca desvinculá-lo do padrão capitalista de mercantilização dos modos de vida e corpos da comunidade LGBTQIAPN+, também conhecido como *pink money*². Isso porque os eventos e shows que ocorrem na Gruta! parecem muito mais reafirmar a resistência e vivência dessa comunidade, de forma a manter o lugar aberto e funcionando, do que extrair qualquer tipo de mais-valia que tenha, por fim último, o lucro.

No que diz respeito à metodologia de pesquisa para o desenvolvimento deste trabalho, colocamos em prática o Método Cartográfico, baseado na filosofia de Gilles Deleuze e Félix Guattari

A metodologia, a partir do Método Cartográfico, consiste na mudança da perspectiva do campo enquanto espaço de validação do conhecimento para um espaço de criação do saber, ou seja, não é saber para fazer, mas sim fazer para saber. Para além disso, o olhar do pesquisador no decorrer do processo

² O termo “*pink money*” referencia tanto ao poder de compra da comunidade LGBTQIAPN+ quanto a estratégia do mercado de utilizar de gírias, temáticas ou cultura dessa população como atrativo ao consumo da mesma, sem, entretanto, um real engajamento político e interesse na luta da comunidade.

cartográfico não é marcado pela neutralidade, uma vez que, o método cartográfico prevê o envolvimento com as pessoas que fazem parte da pesquisa. Tal envolvimento é necessário para a cartografia, já que a pesquisa é vista como algo intrinsecamente ligada a intervenção, gerando a necessidade de compreender os indivíduos e os processos de individuação (Passos; Barros, 2009). Mas no âmbito das potencialidades trazidas pela Cartografia, o que mais nos interessa é a forma como se formata como ferramenta para a representação estético-política de representação no âmbito da sistematização dos dados e informações obtidos.

Assim, com base nessas referências de métodos, desenvolvemos as seguintes atividades: leitura de artigos, livros e publicações que auxiliem na recuperação da história do movimento LGBTQIAPN+; pesquisa e consolidação dos conceitos e teorias que serão utilizadas na pesquisa e na escrita; investigação nas redes sociais (Instagram, Facebook, etc.), para a identificação das apropriações de territórios pelas festas e eventos sediados na Gruta!; mapeamento e análise do espaço cultural com a finalidade de entender como esse local tem se transformado em um território de resistência e de afeto para a comunidade LGBTQIAPN+; consolidação das informações e observações em um caderno de campo; sistematização dos dados levantados para a realização de uma cartografia do território com base na representação estético-política de sua territorialidade.

No âmbito teórico-conceitual foram realizadas leituras de livros e artigos que apresentam a história do Movimento LGBTQIAPN+ tanto nacionalmente quanto na cidade de Belo Horizonte. Para abordar a noção de território e territorialidade, tomamos como referência a produção de Arturo Escobar (2014), cientista social colombiano, que trabalha o território como um espaço que reafirma a identidade e o modo de vida de uma população. Sabemos que diversos autores de áreas distintas do conhecimento, tais como os geógrafos Milton Santos e Rogério Haesbaert trabalham o conceito de território, entretanto, por trabalhar com a noção de “territórios da diferença”, notamos que a forma de Escobar compreender o território tem grande aproximação com o modo que buscamos trabalhar nesta monografia. Nesse sentido, como veremos mais adiante, será importante a conceituação de território enquanto uma forma de resistência e

afirmação da vida, além de um meio para a valorização da comunidade como ferramenta de reafirmação da identidade (Escobar, 2014). Para além disso, iremos trabalhar com o conceito de “r-existência” de Porto-Gonçalves, entendendo que a história de luta da comunidade LGBTQIAPN+ vai além de um processo de sobrevivência, mas também de reinvenção de sua identidade e subversão das regras hegemônicas. (Hurtado; Porto-Gonçalves, 2022)

Finalmente, apresentamos a estrutura geral deste Trabalho Final de Graduação que, além da Introdução e das Considerações Finais, traz no capítulo 2, a história do Movimento LGBTQIAPN+ no Brasil e na cidade de Belo Horizonte; no capítulo 3, as noções e estudos relacionados às noções de território e de territorialidade; e, por fim, no capítulo 4, a cartografia e os resultados do mapeamento das dimensões de territorialidades do espaço não cisheteronormativo do espaço cultural Gruta!.

2 – Breve contextualização histórica do Movimento LGBTQIAPN+

Este capítulo tem como objetivo contextualizar a história e trajetória do Movimento LGBTQIAPN+. A intenção é a de apresentar as motivações e necessidades desse movimento em se organizar e lutar pelos direitos à dignidade e à vida. Buscamos apresentar, ainda, as formas como a população LGBTQIAPN+ protesta e se manifesta. Para isso, fizemos um estudo dessa história em um âmbito mais geral, focando, em um primeiro momento, no contexto no Brasil, para, depois, focarmos no contexto mais específico, a saber, a cidade de Belo Horizonte, em Minas Gerais.

2.1 – Movimento LGBTQIAPN+ no Brasil: dos banheiros e dos hotéis para o território das ruas!

A história do Movimento LGBTQIAPN+ apresenta uma particularidade no Brasil. Isso porque se, de um lado, no final da década de 1960, eclodiram, em diversos países, atos e manifestações em prol da comunidade, por outro lado, a sociedade brasileira vivia o regime militar que gerou, por sua violência, silenciamentos, mortes e interdições (Green, et al., 2018)

Os desejos e afetos entre pessoas do mesmo sexo também foram alvo do peso de um regime autoritário com pretensão de sanear moralmente a sociedade e forjar uma nova subjetividade à imagem e semelhança

da família nuclear, monogâmica, patriarcal e heterossexual” (Green, et al., 2018, p. 10).

Esse forte e duro momento de repressão e violência institucionalizadas foi estudada pela Comissão Nacional da Verdade em 2014, em uma audiência pública intitulada “Homossexualidade e a ditadura no Brasil”, na intenção de estudar os impactos da ditadura na estruturação de um movimento organizado da comunidade LGBTQIAPN+ nas décadas de 60, 70 e 80 (Quinalha, 2018).

Entretanto, a repressão a aqueles considerados desviantes do padrão cisheteronormativo não se originou na ditadura civil-militar, tendo tomado corpo desde a época do Brasil Império, com base latente em uma interpretação tendenciosa do Código Criminal do Império de 1830, que enquadrava práticas dissidentes como “ato obsceno em público”, “vadiagem” ou violação “à moral e aos bons costumes” (Quinalha, 2018).

Outro caso emblemático para a comunidade LGBTQIAPN+ foi a história de Xica Manicongo, considerada a primeira travesti que se tem registro no Brasil pós colonização. Ela foi uma escravizada trazida do Congo que performava feminilidade sendo perseguida e criticada, tendo sido denunciada à Inquisição Espanhola e condenada a ser queimada em praça pública e suas gerações futuras desonradas. Para preservar sua vida ela abdicou de sua identidade e começou a utilizar vestes masculinas, sendo apagada da história por séculos, até ser lembrada por pesquisadores e, em 2025, homenageada durante o carnaval do Rio de Janeiro, com o samba-enredo “Quem tem medo de Xica Manicongo” da Escola de Samba Paraíso do Tuiuti (Serpa, 2025).

Tal criminalização, feita por uma análise baseada no moralismo, também foi fortemente afetada pelo militarismo, ao enquadrar a homossexualidade nos contornos da Doutrina de Segurança Nacional, como uma forma de degeneração e corrupção da juventude. Foi criado, assim, um inimigo interno a ser combatido, já que certos grupos sociais foram e são taxados como um risco social (Quinalha, 2018).

Nesse contexto, somente em 1978, quando o período de abertura se iniciou, é que foram organizados os primeiros movimentos que reuniram a comunidade LGBTQIAPN+, naquele momento ainda não designada por essa sigla. Àquela época, houve, por exemplo, a criação de uma imprensa alternativa, a fim de

incitar as lutas pelos direitos dos homossexuais. Momento que coincidiu com a criação do “Somos – Grupo de Afirmação Homossexual”, coletivo paulista considerado como um dos pioneiros da articulação do “Movimento Homossexual Brasileiro (MHB)” (Fig. 6). Concomitantemente, também foi criando o “Lampião da Esquina”, periódico de circulação nacional feito por homossexuais para homossexuais (Green, et al., 2018) (Fig. 7).

Figura 6: Foto dos manifestantes do Somos – Grupo de Afirmação Homossexual



Fonte: Blog Diversidade, 2018

Figura 7: Capas do jornal Lampião da Esquina



Fonte: Observatório G, 2019

Desse modo, o jornal *Lampião da Esquina* e o *Somos* tiveram grande importância na história do movimento LGBTQIAPN+ devido a seu pioneirismo como frentes de criação de informação e visibilidade dessa comunidade. Ainda, se observamos as capas que reproduzimos do *Lampião*, podemos já observar que os territórios possíveis para essa população são reduzidos àqueles reclusos ou escondidos, como visto nas manchetes, os hotéis uma vez que escondem os usuários e os banheiros que são territórios mais indesejados ou de menor aglomeração.

Tais iniciativas foram também estopim para a continuação do movimento identitário e de memória, uma vez que incitaram uma autopercepção e reconhecimento dos gêneros e sexualidades, além de gerarem o conceito de comunidade como grupo político (Bortolozzi, 2019).

Tais marcos surgiram dentro de um contexto de subversão e de repressões das sexualidades e de gêneros não cisheteronormativos, criando e apresentando espaços e territórios que afrontavam as proibições governamentais por meio de boates, bares e espaços de pegação da comunidade homossexual e transsexual. Territórios que possibilitaram vivência e pertencimento às pessoas LGBTQIAPN+ (Green, et al., 2018).

Entretanto é importante ressaltar a existência de esforços anteriores à organização formal do grupo *Somos* e do jornal *Lampião da Esquina*, como, por exemplo, em setembro de 1967, quando foi noticiada a tentativa da realização do I Congresso Nacional do Terceiro Sexo, em Niterói. Tal intenção foi impedida de acontecer pela polícia. Tais situações se repetiram em março de 1968, quando foi anunciado o I Congresso Nacional das Bonecas, em Petrópolis, também impedido pela polícia. Já em 1968, foi anunciado o “congresso dos enxutos”, em João Pessoa, que discutiria os seguintes itens: (Queiroz, 2018)

- a) reconhecimento do 3º sexo;
- b) permissão do casamento e divórcio entre homossexuais;
- c) reivindicação de melhor tratamento por parte da sociedade;
- d) fundação do Clube dos enxutos, que deverá ter funcionamento livre; onde que quer seja implantado (Queiroz, 2018, p. 69).

Esses casos exibem um esforço para a criação de associações e grupos em diversos locais do Brasil de forma recorrente. Entretanto, o evento em João Pessoa também foi impedido de acontecer pelo secretário de Segurança da Paraíba (Queiroz, 2018).

Somado a tais movimentos, surgiu, na Bahia, no ano de 1980, o Grupo Gay da Bahia (GGB) (Fig. 8), a primeira ONG focada na luta pelos direitos da população LGBTQIAPN+. O Grupo Gay da Bahia foi responsável pela recuperação da história de diversos homossexuais – homens e mulheres – e de travestis da época da Inquisição luso-brasileira. Recuperaram também informações sobre o início da prevenção ao HIV/AIDS no Brasil, da cunhagem do termo homofobia, do uso do feminino para referir-se a travestis e transsexuais, entre diversos outros fatos conquistados por mais de 40 anos de luta ininterrupta do grupo (Mott, 2018).

Figura 8: Foto de uma manifestação do grupo GGB



Fonte: Guia Gay Salvador, 2021

O GGB tornou-se uma importante organização no Brasil e conseguiu dar visibilidade aos problemas ocasionados pelo preconceito e pela segregação, fazendo, por meio de protestos e atos públicos, com que a mídia não tivesse outra opção senão noticiar a existência de tal grupo. Como exemplo, mencionamos que, em julho de 1981, em uma reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), no campus da UFBA, o grupo foi tão marcante que grandes canais da mídia como as revistas Istoé, Veja e Visão noticiaram o evento como “Sociedade das Bichas Procurando Cartaz”. Esse fato,

mesmo ainda carregando um teor preconceituoso em seus dizeres, colocou na vista do povo uma população que era excluída e, quando mencionada, estava vinculada, em grande medida, a casos de crimes ou de doenças (Mott, 2018).

Nos anos subsequentes, a epidemia de HIV/AIDS se instaurou no Brasil, gerando um aumento da luta da população que, atualmente, denominamos como LGBTQIAPN+. Entretanto, tais articulações não possuíam apoio do governo, visto que as tentativas de inclusão desse grupo nas políticas públicas foram fortemente rechaçadas (Camargos, 2018).

Frente a isso, diversos grupos, incluindo o GGB, organizaram diferentes encontros, congressos e manifestações para criar visibilidade e combater a perseguição. Ocorreram, assim, diversas reuniões e marchas em espaços públicos, como por exemplo, o ato, organizado pelo grupo Corsa, feito na Praça Roosevelt em julho de 1996, que foi um momento importante para a criação da Parada Gay no Brasil. Naquele momento, um grupo de pessoas se reuniram na praça com um microfone para que as pessoas pudessem fazer seus protestos e declarações (Camargos, 2018). Marcaram, desse modo, a saída dos banheiros e dos hotéis para as ruas, para o território citadino, para dar visibilidade à afirmação da vida e da existência.

Em homenagem a esse ato, o grupo Corsa, no ano seguinte, após participarem do IX EBGLT (Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas e Travestis), começaram a organizar um evento de maior porte com a intenção de ir às ruas. Foi então que, em julho de 1997, ocorreu a Parada do Orgulho GLT (Gays, Lésbicas e Travestis) (Fig. 9), na Avenida Paulista, sem qualquer tipo de autorização e com o lema “Somos muitos, estamos em todas as profissões”. (Camargos, 2018).

Figura 9: Foto da primeira Parada do Orgulho GLT



Fonte: El País, 2017

A propaganda para a primeira Parada tinha a chamada “Venha montada, desmontada, casada, descasada, solteira, de bota ou de tamanco. Afinal, quem vai notar você no meio da multidão?”. Tais dizeres carregavam, assim, o caráter de liberdade de ser quem se quer ser e de pertencer a essa multidão. Além disso, é importante destacar a concretização de um território, mesmo que efêmero, que marcava a pertença e apropriação pela festa em um espaço público. Marcava também a liberdade para participar, festejar e vivenciar as festas e manifestações (Camargos, 2018).

2.2 – Movimento LGBTQIANP+ em Belo Horizonte:

De início, ressaltamos que, em virtude da dificuldade de encontrar referências diversas sobre o movimento LGBTQIANP+ em Belo Horizonte, este subitem da pesquisa foi estruturado com base no texto de Luiz Gonzaga Morando Queiroz (2018) intitulado “Vestígios de Protoativismo LGBTQIA em Belo Horizonte (1950-1996)”.

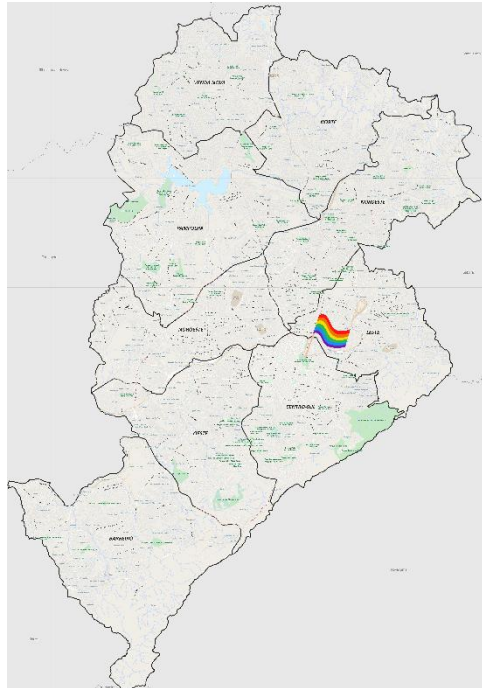
Como mencionado anteriormente, embora seja convencionado o início do Movimento LGBTQIAPN+ no Brasil, no ano de 1978, com o surgimento do grupo Somos e do Lampião da Esquina, esse discurso tende a apagar a história de antigas tentativas e esforços da comunidade de criar grupos civis de conscientização e luta. Em uma tentativa de restaurar a história da população não cisheteronormativa, Queiroz (2018) fez um trabalho de pesquisa, na hemeroteca da Biblioteca Pública Estadual Luís de Bessa, em Belo Horizonte, para encontrar, nos jornais de épocas passadas, registros de um protoativismo LGBTQIAPN+ na capital mineira.

O conceito de protoativismo refere-se a um período anterior ao que é considerado o início do movimento, demonstrando um conjunto de eventos que demonstram uma intencionalidade recorrente da criação de uma resistência e de defesa da comunidade (Queiroz, 2018).

Nos estudos de Queiroz o primeiro registro de um protoativismo LGBTQIAPN+, em Belo Horizonte, foi uma tentativa de criação de uma associação, em 1958. Tal fato foi registrado em alguns jornais da época, nos quais foi noticiada uma batida policial no Parque Municipal para impedir a fundação de um “grupo de degenerados”. Foi, desse modo, noticiada a tentativa de uma organização de uma associação com distribuição de carteiras de associados, numa primeira tentativa de reunir pessoas com um interesse em comum (Queiroz, 2018) em um espaço público.

De acordo com as pesquisas de Queiroz (2018), o Parque Municipal (Figs. 10 e 11) pareceu ter conformado uma territorialidade de sociabilidade LGBTQIAPN+, uma vez que existem registros de um grupo de homossexuais que se reuniam no parque durante a noite, aproveitando a pouca iluminação e criando uma série de códigos para identificação dos integrantes. Tal localidade era conhecida como “Paraíso das Maravilhas”.

Figura 10: Mapa da cidade de Belo Horizonte marcando a localização do Parque Municipal



Fonte: Acervo pessoal

Figura 11: Imagem do Parque Municipal Américo Renné Giannetti na década de 50



Fonte: Facebook, 2013

Em 2012, baseado nos estudos de Queiroz acerca da comunidade LGBTQIAPN+ no início do século XX, foi feita uma intervenção no Parque Municipal Américo Renné Giannetti, pelo artista Desali, intitulada “Não que eu possa esquecer” (Figs. 12,13 e 14), durante o evento “Noite Branca”. Na qual foram criadas instalações que tentam recriar a imagética sombria e suja do parque que se deseja esquecer, mas que carregam histórias e personagens importantes para a população LGBTQIAPN+. A tela transmitia imagens de corpos indesejados no “ambiente familiar”, como travestis, moradores de rua, homossexuais e outras pessoas marginalizadas, mas que mesmo deixadas de lado pela vista hegemônica foram importantes para a história do parque. Outra instalação foi uma cova, na qual são narrados crimes e assassinatos feitos contra essa população. Por fim, nos escorregadores foram instalados dois holofotes rotativos que remetem aos olhos atentos a procura dos “degenerados e desviantes” (Desali, 2012).

Figura 12: Intervenção feita no Parque Municipal acerca da marginalização e dos crimes ocorridos no local



Fonte: Desali, 2012

Figura 13: Intervenção feita no Parque Municipal acerca da marginalização e dos crimes ocorridos no local



Fonte: Desali, 2012

Figura 14: Intervenção feita no Parque Municipal acerca da marginalização e dos crimes ocorridos no local



Fonte: Desali, 2012

Tal territorialidade se tornou um importante ponto de reunião da comunidade, sendo referência para diversos eventos, como, por exemplo, em 1959, quando um “baile de enxutos” foi impedido pela polícia de ocorrer. Também ali, foi realizada a organização de um desfile de *miss* clandestino, pelas travestis, em 1960. Tais eventos, ainda que não demonstrem a tentativa de criação de uma associação ou grupo organizado, marcou um território de socialização e de reunião da comunidade que possibilitou discussões e troca de ideias (Queiroz, 2018). Na atualidade, esse território permanece como referência para a população LGBTQIAPN+, sendo um importante local de “pegação” (Gay Cruising, 2024).

Por volta dos anos 50, chega à capital mineiro uma personagem emblemática para a população belorizontina, a primeira travesti que ganhou notoriedade em Belo Horizonte, conhecida como “Cintura Fina” (Fig. 15), ela foi perseguida pela polícia e representada pela mídia de forma degradante, como, por exemplo, “pederasta”, “anormal”, “elemento desordeiro e brigador”. Em

contrapartida as pesquisas do escritor Luiz Gonzaga Morando Queiroz, escritas no livro “Enverga, mas não quebra: Cintura Fina em Belo Horizonte”, apresenta uma outra versão dela, a versão das pessoas que conheceram e conviveram com Cintura Fina, que a descrevem de formas que a humanizam, a descrevendo como, por exemplo, “muito caridoso”, “extremamente gentil”, “famoso pelas brigas e temido pela destreza”, “protegia as garotas de programa”, entre outras. Essa figura, de acordo com os relatos, sempre carregou uma imagem confiante e segura de si, tendo, em uma de suas passagens pela polícia, afirmado: “Eu sou mulher e nasci mesmo foi para os homens”, além de percorrer as ruas a luz do dia e com coragem reafirmando sua identidade e existência, antes mesmo da existência da discussão de gênero (Reitz, 2021) (Souza, 2021).

Figura 15: Montagem feita com recortes de diferentes reportagens que apresentavam a Cintura Fina



Fonte: Desali, 2012.

Uma outra tentativa de criação de uma associação para a comunidade foi apresentada depois de 6 anos, após o fechamento do Entend's Bar, um bar exclusivo para a população gay que, tendo sendo denunciado por vizinhos, foi fechado pela polícia com a justificativa de promover a corrupção de menores – já que havia adolescentes no recinto durante a batida policial. Durante o inquérito, o gerente Geraldino Chamarhum, revelou sua intenção de transformar o Entend's Bar em Entend's Club, no qual seria vendido uma cota de associados (Queiroz, 2018).

Após esse fato, 2 anos depois, foi noticiada uma mensagem da Associação de Homossexuais da Holanda enviada à Comissão das Nações Unidas para os Direitos do Homem, dando visibilidade aos direitos dos homossexuais de amar. Esse fato inspirou um grupo de Belo Horizonte a criarem a Associação dos Liberados do Amor (ALA). Entretanto, tal esforço foi suprimido por ameaças de polícia, uma vez que, em uma nota publicada no Diário de Minas é dito que: (Queiroz, 2018)

[...] A polícia está procurando saber onde se reúnem os futuros associados da 'Liga dos Liberados do Amor', para 'aconselhá-los a não cometer tamanha asneira'. (Queiroz, 2018, p.69)

Já em 1972, em Belo Horizonte, foi organizado o I Simpósio de Debates sobre Homossexualismo, organizado pelo jornalista Edson Nunes, ocorrido no Colégio Estadual Central. Durante o evento, ocorreram falas de diversos profissionais, incluindo um psicólogo e psiquiatra, um endocrinologista, um padre, um pastor e o próprio Edson Nunes, espírita kardecista. Cada um dos participantes apresentou a homossexualidade de acordo com seu campo profissional (Queiroz, 2018).

Foi somente em 1980, em Belo Horizonte, foi formado, embora não juridicamente, o primeiro grupo gay, o Terceiro Ato. Tal fato foi notificado no jornal Lampião da Esquina, no qual o grupo disse buscar aproveitar o início da redemocratização da sociedade para expressar sua contribuição às mudanças que vinham ocorrendo e criticar a estrutura social vigente. O Terceiro Ato não possuía uma sede e nem uma formalização legal, contudo foi relatada a

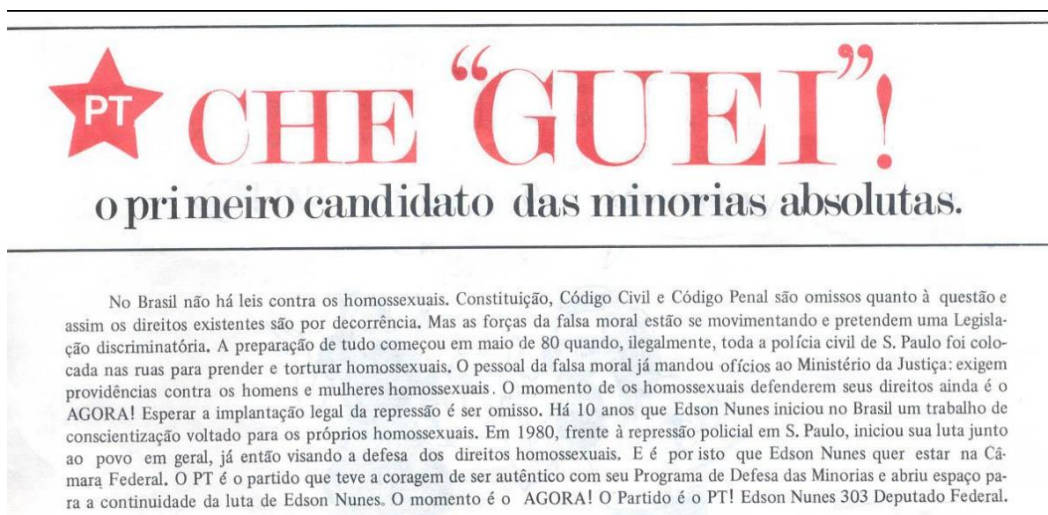
existência de aproximadamente 15 pessoas que se reuniam frequentemente no Parque Municipal para discutir suas ações. Infelizmente, pesquisas indicam que o grupo não excedeu o período de dois anos de existência (Queiroz, 2018).

Também no final da década de 70 e início de 80, foi criado o grupo de sociabilidade lésbica, o Vila Sésamo, composto por lésbicas que se encontravam nos bares e boates, sendo criado por Norma Sueli, Mani e Mariinha. O grupo se reunia nos bares, mas também alugava sítios a fim de criar um espaço em que pudessem fortalecer os vínculos. Tal iniciativa não foi formalizada e nem noticiada em jornais, mas se tornou relevante para a comunidade (Queiroz, 2018).

Um indivíduo marcante na história da comunidade LGBTQIAPN+ em Belo Horizonte foi o jornalista Edson Nunes, que além do I Simpósio de Debates sobre Homossexualismo mencionado anteriormente, também formulou o Movimento Viva o Amor, em 1982, com a intenção de recrutar a população LGBTQIAPN+ para sua campanha a deputado federal. Entretanto após o fim da campanha e não tendo sido eleito, a iniciativa chegou ao fim (Queiroz, 2018).

Posteriormente Nunes também criou, em 1984, o Núcleo Gay do Partido dos Trabalhadores (PT), mas o Núcleo durou pouco. No mesmo ano, ele criou a Coluna Cheguei no jornal Diário de Minas (Fig. 16). Além disso, fundou o Movimento Mineiro de Defesa dos Direitos Homossexuais (MMDDH) que durou até 1987, tendo contribuído fortemente no enfrentamento a HIV/AIDS (Queiroz, 2018).

Figura 16: Foto da coluna Cheguei, produzida por Edson Nunes.



Fonte: FAFICH, 2010.

Já em 1987, foi criado o Grupo de Apoio e Prevenção a AIDS de Minas Gerais (GAPA-MG), incentivado pela ausência de uma organização LGBTQIAPN+ institucionalizada que enfrentasse a epidemia, criando ações para prevenir, educar e sensibilizar a comunidade sobre o HIV/AIDS (Queiroz, 2018).

O GAPA-MG, em 28 de junho de 1997, realizou o Dia Mundial de Orgulho Gay pela primeira vez. Tal evento ocorreu na Praça Sete de Setembro, com o objetivo de abordar o preconceito e discriminações sofridas pela população gay, lésbica e travestis/transsexuais. Mais uma vez, a explicitação das necessidades da comunidade, especializada em um território público, aberto e inclusivo.

No mesmo ano foram fundadas a Associação Lésbica de Minas Gerais (ALEM) e o grupo Guri. Ambos tiveram uma duração mais longa que os demais e marcaram, de acordo com Queiroz (2018), o fim do período do protoativismo. Desse momento em diante, na história de BH, inicia-se a um período de um ativismo consolidado e fortalecido.

Analisando os eventos da história da comunidade LGBTQIAPN+ é possível observar a reiterada e contínua luta pela criação de uma associação que defendesse os interesses e a vida dessa população, uma vez que o Estado só lhes ofereceu repressão e abandono, obrigando a formas de organização e encontros clandestinos. Ou seja, invisibilizando a vida e buscando impedir a construção de territórios de expressão dessa vida. Além disso, pudemos observar uma centralidade criada no Parque Municipal como um território de

sociabilidade e de luta da comunidade não cisheteronormativa. Somado a isso, percebemos, a partir desse artigo, que a territorialidade dos bares, boates e eventos festivos estavam presentes na história da comunidade LGBTQIAPN+, mostrando assim um processo de luta e resistência perpassada pela celebração e festa.

Desse modo, podemos observar que tanto na escala nacional quanto na municipal, a população LGBTQIAPN+ transita entre territórios públicos e privados. Nesse sentido, por um lado, a escala privada se resume, como pode ser analisado pelo texto de Scott (2002), aos atos cotidianos e individuais de resistência, que tem em si um poder de subversão e não conformidade com as normas hegemônicas, que acabam por gerar ganhos marginais. Por outro lado, existem os atos abertos e mais radicais de resistência que se apropriam dos espaços públicos (Fig.17). As afetividades foram, normalmente, construindo apropriações de lugares negligenciados ou marginalizados por serem espaços de privacidade e/ou anonimato em virtude do medo da violência e da perseguição que tais corpos sofreram e ainda sofrem. Por outro lado, houve algumas tentativas e sucessos de apropriação de lugares públicos e conhecidos para construir a visibilidade da existência e da luta.

Figura 17: Manifestação da 19ª Parada do Orgulho LGBT, feita pela atriz travesti Viviany Beleboni, ocorrida na Avenida Paulista, SP, em 2015.



Fonte: G1, 2015

Nesse sentido, o território não é apenas um lugar, mas também um meio para a luta, uma vez que uma população perseguida e marginalizada se coloca em avenidas, praças, ruas, ou outros espaços de evidência para afirmar a existência e afrontar os preconceitos e violências direcionados a ela. Mas também os utiliza de forma anônima e individual para subversões cotidianas. Tal separação é importante de se analisar uma vez que de acordo com Scott (2002):

[...] Classificar somente os atos abertos e radicais como resistência, significa aceitar que a estrutura de dominação defina para nós o que é e o que não é resistência (Scott, 2002, p.29)

Em seguida, nos dedicaremos aos aspectos teórico-conceituais vinculados à noção de território.

3 – Território e territorialidades

Este capítulo tem como objetivo apresentar as noções que embasam o que apresentamos, nesta monografia, como território e territorialidade no intuito de contribuir para uma análise arquitetônico-urbanística para o tema da pesquisa.

Para tal, elegemos a forma como Arturo Escobar em seu livro “Sentipensar con la tierra: nuevas lecturas sobre desarrollo, território y diferencia” (2014) trabalha. A obra busca delinear o campo da ontologia política ao compreender que visões de mundo criam formas particulares de ver e fazer política e que conflitos políticos dizem respeito ao mundo, ao real e à vida, ou seja, a ontologias. Desse modo, para o autor, a “ontologia política busca entender o fato

de que todo conjunto de práticas atuam em um mundo, mesmo que os campos da ciência e da tecnologia, que se pressupõem neutros, livres de valores e universais” (Escobar, 2014, p. 13).

Tal escolha ocorreu, conforme mencionamos anteriormente, devido à forma como o autor aborda a relação entre o território e as comunidades marginalizadas e o caráter ontológico de defesa da vida a partir das territorialidades.

Além disso, trabalharemos com o conceito de r-existência, proposto por Carlos Walter Porto-Gonçalves, no contexto das lutas da “Aliança dos Povos da Floresta”. Isso se dá pela forma como o autor apresenta uma visão de reinvenção da identidade e não apenas uma resistência enquanto método de sobrevivência e luta.

Por isso, a partir de agora, passaremos a evidenciar as principais noções e pensamentos trazidos por Escobar (2014) e por Hurtado e Porto Gonçalves (2022) referentes as noções de território e territorialidade, que nos auxiliaram no desenvolvimento deste trabalho.

3.1. Território e territorialidades para a vida: as contribuições de Arturo Escobar

Iniciamos este item, pontuando a forma pela qual Arturo Escobar (2014) conceitua a noção de território:

O território é definido ‘como um espaço coletivo composto por todo o lugar necessário e indispensável onde homens e mulheres, jovens e adultos, criam e recriam suas vidas. É um espaço de vida onde se garante a sobrevivência étnica, histórica e cultural. (Escobar, 2014, p.88, tradução nossa)

Introduzimos o tópico com essa citação, tendo em vista que, nos itens anteriores, pudemos observar o modo como a violência estrutural, durante décadas, no Brasil e em Belo Horizonte, tem atravessado os corpos da população LGBTQIAPN+, dificultando a geração de espaços de vida, de recriação da vida, de cultura, de história e de memória, dificultando, mas não impedindo a criação de territórios de vida e de resistência.

Escobar (2015), apresenta, nesse sentido, o território como uma realidade ontológica de defesa da vida. Isso porque, para o autor, movimentos sociais e coletivos diversos utilizam o território para garantir sua autonomia e manutenção de suas identidades e diferenças, por meio de ações coletivas de reafirmação e valorização das identidades da população. Assim, os territórios se tornam uma ferramenta para a defesa de um mundo no qual diversos mundos possam coexistir, contrariando, portanto, as tentativas da modernidade de criar um mundo homogêneo.

É verdade que Escobar realiza seus trabalhos dentro do contexto dos povos étnico-racializados colombianos, em seus territórios rurais, entretanto é importante e possível fazer uma análise de como ele trabalha o contexto de território ontológico e aplica-lo no cenário da luta LGBTQIAPN+, que sofre também com o apagamento e perseguição de forma histórica e sistêmica, entendendo que o processo de apropriação de territórios a fim de criar locais seguros ao afeto, encontro e pertencimento é um processo fundamental para a criação do conceito de comunidade e de luta contra o sistema³ heteronormativo. Marca, portanto, a luta contra o setor privado e, algumas vezes, contra o estado.

[...] se as perspectivas para as políticas rurais oferecidas pelo estado e a maior parte do setor privado e até da academia refletem os valores de um mundo que caís em pedaços, a dos movimentos sociais representam a defesa da vida e da esperança de outros mundos possíveis. (Escobar, 2014, p. 15)

De seus estudos colombianos, Escobar (2014) levanta as seguintes perguntas: Por que tanta violência aos povos em nome da civilização e do progresso? Por que tanto interesse em seus territórios?

A resposta vai na direção da compreensão da organização das dinâmicas do capital global e nacional. Em oposição a tais dinâmicas, a luta emerge por direitos, por recursos e por autonomia.

³ O uso do termo (c)istema é usado aqui referenciando o neologismo de Viviane Vergueiro (2015), que trabalha a corruptela de forma a dar ênfase a uma construção social que exclui, minimiza ou silencia discursos não cisgêneros.

Ainda que a ocupação de territórios coletivos usualmente envolva aspectos armados, econômicos, territoriais, tecnológicos, culturais e ecológicos, sua dimensão mais importante é a. Neste marco, o que “ocupa” é o projeto moderno de Um Mundo que busca converter os muitos mundos existentes em um só; o que persevera é a afirmação de uma *multiplicidade* de mundos. Ao interromper o projeto globalizador neoliberal de construir Um Mundo, muitas comunidades [...] podem ser vistas adiantando *lutas ontológicas*. (Escobar, 2014, p. 76)

No nosso caso particular, podemos inferir: a luta é, portanto, na tentativa de criar um outro mundo para além daquele cisheteronormativo. É a luta por uma dimensão mais fundamental que o capital, a saber, pela defesa da vida.

Importante destacar que, fruto de seus trabalhos e estudos, Escobar destaca os princípios ligado à dimensão da ontologia política. Dentre eles, destacamos: a afirmação e a reafirmação do ser (direito à identidade); direito a um espaço para ser (**direito ao território**), direito ao exercício do ser (autonomia, organização e participação); e direito a uma visão própria do futuro.

Nesse sentido, percebemos que o “ser” se torna possível no âmbito da ontologia política quando tem garantido o seu direito ao território de vida e existência.

Finalmente, o título de seu livro “Sentipensar con la tierra: nuevas lecciones sobre desarrollo, territorio y diferencia”⁴ (2014), nos chama a atenção para o termo “sentipensar”. Para o autor:

Sentipensar com o território implica pensar a partir do coração e da mente, o co—racionalizar [...]. É a forma como as comunidades territorializadas tem aprendido a arte de viver. Este é um chamado, pois, a leitura ou o leitor sentipensa com os territórios, culturas, conhecimentos de seus povos – com suas ontologias – mais do que com os conhecimentos des-contextualizados que subjazem às noções de desenvolvimento, crescimento e, até economia. (Escobar, 2014, p. 16)

É neste escopo que o autor trata da ontologia política do território que contribui para a interrupção do projeto globalizador neoliberal (capitalista, liberal e secular) a partir das lutas ontológicas que defendem outros modelos de vida.

Tal caráter de defesa da pluralidade de realidades coexistentes se mostram de grande relevância para a comunidade LGBTQIAPN+, uma vez que, frente à

⁴ Sentipensar com a terra: novas leituras sobre desenvolvimento, território e diferença.

uma sociedade hegemonicamente cisheteronormativa, os territórios ontológicos dessa população sofrem constantes perseguições e apagamentos a fim de criar uma sociedade no qual o único mundo é o hétero cisgênero e masculino. Pelo território, a luta é, portanto, por outra forma de r-existência. Termo que passaremos a abordar a seguir.

3.2 R-existir: Processo de reinvenção da identidade e fortalecimento da comunidade

A abordagem do conceito de “r-existência” de Carlos Walter Porto-Gonçalves reside na compreensão de que a luta pelos direitos e construção de identidade de uma população, no nosso caso, a LGBTQIAPN+, reside em sua forma de existir com intrínseca relação com seu lugar de existência:

[...] r-existência, é dizer, uma forma de existir, uma determinada matriz de racionalidade que age nas circunstâncias, inclusive reage, a partir de um *topoi*, enfim, de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico. Na verdade, age entre duas lógicas. (Porto-Gonçalves, 2006, p.165)

Não só lutam para resistir contra os que matam e desmatam, mas que lutam por uma determinada forma de existência, um determinado modo de vida e de produção, de formas plurais, de sentir, agir e pensar. (Porto-Gonçalves, 2006, *apud* Hurtado; Porto-Gonçalves 2022, p. 3, tradução nossa)

Tal conceito nasce das lutas da “Aliança dos Povos da Floresta”, no contexto da Amazônia, unindo a luta dos povos originários e seringueiros do Acre (Hurtado; Porto-Gonçalves 2022), entretanto, é possível fazer uma correlação com a luta não cisheteronormativa, uma vez que essa comunidade também é invisibilizada, marginalizada e muitas vezes criminalizada, precisando se reafirmar enquanto comunidade, construindo assim, um território epistêmico comum.

O conceito de r-existência também é trabalhado por Escobar (2014) enquanto um processo de não apenas sobrevivência à desterritorialização e despojamento, mas de reinvenção de identidades e de sua existência cultural.

É possível então, entendendo os conceitos de território ontológico de Escobar e de r-existência trabalhado por Hurtado e Porto-Gonçalves (2022), perceber a sua ligação com a disputa entre o sistema hegemônico e a população

LGBTQIAPN+, devido ao seu histórico de subversão da colonialidade e opressões para com as individualidades, identidades de gênero e sexualidades, por meio da criação de territórios de diferença e ontológicos que proporcionaram, e ainda proporcionam, segurança, identidade e identificação enquanto comunidade. Se reinventando e reafirmando cotidianamente em manifestações que podem ser públicas ou privadas,

De tal maneira que, através do não consentimento, falta de cooperação, o que leva a desobediência, e outras práticas que são veladas, os sujeitos se negam a fornecer aos detentores do poder, as fontes de seu poder na vida cotidiana. (Hurtado; Porto-Gonçalves 2022, p. 3, tradução nossa).

É com base nessas noções que, a seguir, empreenderemos o estudo de caso de um território que, com base no apresentado até o momento e como buscaremos mostrar, configura um território ontológico de r-existência.

4. Territorialidades LGBTQIAPN+ em Belo Horizonte: Estudo de caso espaço cultural Gruta!

Neste capítulo iremos abordar a minha experiência e processo cartográfico ao estudar o espaço cultural Gruta!, mas inicialmente é importante fazer uma contextualização (Fig. 18) da escolha deste território e do tema, para depois apresentá-lo no contexto do bairro Horto, na regional leste da cidade de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Figura 18: Mapa Geral de BH



Fonte: BHMap

No início do meu Trabalho de Final de Graduação, eu pensei em trabalhar com a população LGBTQIAPN+, mas a princípio a opção era fazer um estudo e mapeamento dos diferentes territórios ontológicos presentes dentro da cidade de Belo Horizonte para tentar fazer um estudo das diferentes formas que a população não cisheteronormativa encontrou de re-existir. Foi então, proposto que fosse trabalhada a Teoria da Deriva de Guy Debord, iniciando pelo espaço cultural Gruta! com a qual a Professora Doutora Karine Carneiro tinha mais familiaridade e encontrava a potencialidade de encontrar um público diverso que poderia me dar pistas de onde poderia me expandir para derivar. Entretanto, durante as bancas com o Professor Doutor Guilherme Arruda optamos por mudar o escopo e fazer um estudo cartográfico direcionado ao território da Gruta! devido ao fato de termos percebido a densidade de informações que poderiam ser colhidas nele e pela questão do tempo para elaboração do TFG.

O espaço cultural Gruta! é um local de eventos localizado na Zona Leste de Belo Horizonte (Fig. 19), uma região marcada por uma diversidade de apropriações e movimentos culturais. Tal heterogenia cultural permeia os diversos bairros que compõem a região, como, por exemplo, o “Centro Cultural Lá da Favelinha”, no Aglomerado da Serra, que trabalha com o funk na

comunidade e com a confecção de roupas e acessórios para ela. Ou então, a Rua Sapucaí que é conhecida por ter se tornado um mirante com vista dos prédios do centro da cidade e onde fora, pintados grafites. Uma série de bares e restaurantes estão localizados ao longo dessa rua que, recentemente, teve um de seus trechos transformado em uma via exclusiva para pedestres. Tal rua é um ponto de encontro para diversos grupos, tanto aqueles que querem comidas e bebidas a um preço mais acessível, quanto por aqueles que utilizam do local como território de valorização da cultura da cidade e de movimentos sociais, inclusive da comunidade LGBTQIAPN+ (Nardini, 2018). A Leste abriga também o histórico bairro de Santa Tereza, berço do Clube da Esquina e conhecido por sua boemia e atividades culturais.

Figura 19: Mapa da Zona Leste de Belo Horizonte destacando o bairro Horto

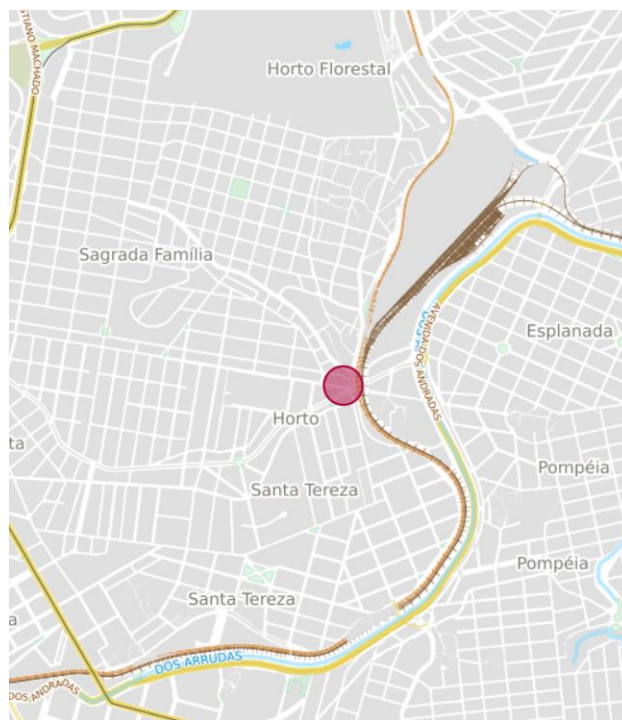


Fonte: BHMap

O bairro Horto, no qual a Gruta! está localizada, é cenário diverso para atividades culturais. Na rua Pitangui (Fig. 20), no qual nosso objeto de estudo está inserido, logo a seu lado, está o Galpão Cine Horto, espaço cultural do grupo de teatro Galpão, onde há uma sala de cinema, uma de teatro e uma para ensaios. Nas proximidades também, existiam locais como o Zona Last, Velma Danceteria e Casa de Drinks, que ou fecharam ou tiveram que se realocar em

outro endereço, além de até hoje existirem diversos bares ainda abertos próximos. Demonstrando assim, a diversidade cultural e de comércios que permeia o bairro Horto. (Nardini, 2018).

Figura 20: Mapa do bairro Horto marcando a posição da Gruta!



Fonte: BHMap

Sendo assim, a Gruta! se inclui em uma região de riqueza cultural e de lutas (sejam culturais, como o funk, ou identitárias, como a comunidade LGBTQIAPN), demonstrando como a sua territorialidade extrapola os limites físicos do espaço cultural e se torna uma ferramenta de apropriação cidade e de reafirmação da população não cisheteronormativa.

A Gruta! foi criada no início dos anos 2000 como um território de re-existência, de cultura e acolhimento, sendo gerido, atualmente, por um coletivo composto pela Companhia de Teatro Toda Deseo, a dona do bar itinerante “Bar Delas” Júlia (conhecida como Jureba) e a diretora de produção da “SHOWME Produções” Fredda Amorim. O funcionamento do espaço cultural se dá em um caráter não capitalista, uma vez que, suas portas não se abrem todos os dias e nem cobram altos valores para a entrada, mas o território se abre para os eventos culturais, shows, festividades, etc. que sejam pertinentes para a reafirmação das identidades e lutas das comunidades que frequentam e usam o

espaço. Sendo então um território que diferente dos demais estabelecimentos comerciais que buscam o lucro, a Gruta! busca criar e se reafirmar enquanto um território de vivência artística livre e seguro para todas as pessoas. O espaço cultural é em si, desde sua criação, um território disruptivo com os preceitos da sociedade neoliberal e conservadora, se formando assim, enquanto um caso singular e inovador no cenário belorizontino.

A experiência cartográfica na Gruta! foi iniciada no dia 02 de dezembro de 2023 (Fig. 21), com a companhia da Professora Doutora Karine Carneiro. O evento do dia era uma festa de encerramento do evento do Fórumdoc.bh e também foi feita a comemoração de um aniversário. O momento foi, portanto, de festa, afeto, música e comemoração. Foi uma oportunidade muito agradável de me familiarizar com o local e com pessoas que hoje são responsáveis por ele. Desde princípio, foi possível perceber e sentir a segurança e pertencimento com o território, sendo visível o afeto e carinho dos participantes com ele, além da diversidade do público em idade, identidades de gênero, cor e aparências. Juntamente a isso, a apropriação do território ocorreu de forma fluída e espalhada por todo o espaço, inclusive da calçada, o que faz de seu território um jogo entre dentro e fora, entre rua e bar, entre espaço público e privado.

Figura 21: Foto da Entrada da Gruta! no dia 02 de dezembro de 2023, na qual é possível perceber a apropriação do espaço externo.



Fonte: Acervo do autor

Já no dia 29 de janeiro de 2024, foi feita a minha banca final do TFG1, quem compôs a mesa como avaliador foi o Professor Doutor Guilherme Arruda. Foi neste momento que foi discutida a ideia de restringir o escopo da pesquisa à Gruta! e não mais fazer o processo da deriva que se consolidou nas discussões durante as orientações, em virtude do tempo e da densidade de estudos possíveis de ser feitos nesse território único. A Gruta! se consolidou, assim, como um estudo de caso, singular e possível de abordar o conteúdo teórico-conceitual apresentado anteriormente.

Após o final da disciplina de TFG1, eu tomei a decisão de postergar a entrega do TFG2 para o período seguinte para que eu pudesse me aprofundar

mais no texto e desenvolvê-lo melhor, continuando meus campos e minhas pesquisas.

No dia 07 de março de 2024 eu retornei a Gruta! dessa vez sozinho e em outro tipo de evento, uma feira de arte, acessórios e comida, com música de DJs residentes, com entrada gratuita. Pelo evento ser em uma quinta à noite e com um caráter não tão festivo, a dinâmica do território foi outro, embora mantivesse o afeto, a dança e música. O contato entre as pessoas se dava mais pela conversa entre grupos de pessoas que se reuniram ali. Foi interessante analisar a versatilidade do território que permeia a festa, mas não se limita a ela e permanece com o sentimento de pertencimento e segurança.

Já no dia 14 de junho de 2024 (Fig. 22), presenciei a polivalência do território ao visitar novamente a Gruta!, mas agora para uma apresentação do artista Sebá. Fui acompanhado de amigos que levei para apresentar espaço cultural. O show com nome “Sebá canta Ney”, foi uma homenagem ao cantor Ney Matogrosso e criou no território da Gruta! uma outra vivência, mais caótica e animada, com o espaço ocupado quase se resumindo ao redor do palco. Além disso, pude assistir ao artista convidado Marcelo Veronez, personalidade conhecida e recorrente em eventos da Gruta! que foi o artista convidado do show. Houve um retorno do “Sebá canta Ney” para o local no dia 11 de outubro de 2024 no qual estive presente também.

Figura 22: Foto tirada do show “Sebá Canta Ney” no dia 14 de junho de 2024



Fonte: Acervo do autor

Ao longo das orientações, fomos buscando estratégias metodológicas que pudessem dar suporte ao levantamento de informações sobre a Gruta! Pensamos, inicialmente, em produzir uma linha do tempo que seria afixada na parede da Gruta! com a intenção de fomentar um processo participativo de levantamento da história e territorialidades dela, sendo pensada de forma em que, uma vez colada, estaria disponível para qualquer pessoa que estivesse frequentando o espaço cultural preencher com alguma história que tenha vivenciado e assim podermos compreender a sua história, não enquanto um pesquisador externo, mas por meio de um coletivo de pessoas que contariam as histórias e estórias que o território proporcionou, as pessoas poderiam utilizar de hidrocores de cores variadas que seriam disponibilizados de forma que a linha

do tempo fosse convidativa em suas cores. Então, no dia 12 de dezembro de 2024, foi feita uma reunião com David Maurity, um dos integrantes do coletivo artístico Toda Deseo. O intuito da reunião foi o de perguntar sobre a viabilidade da elaboração da linha do tempo, considerando sua pertinência, e pedir autorização para uso do espaço e de entrada em um dia e horário em que o local não estivesse aberto ao público para a produção e afixamento do material produzido. Durante a conversa, David se mostrou super solícito e de acordo com a ideia e comentou que seria interessante essa linha do tempo. Acrescentou que as pixações, escritas, colagens e pinturas nas paredes da Gruta também contavam muito de sua história. De fato, as paredes da gruta são todas escritas e conformam um arquivo histórico de palavras, frases, adesivos e pinturas de épocas distintas.

Após a conversa com David, eu e a Professora Doutora Karine Carneiro, percebemos a potencialidade do próprio quadro histórico já inscrito nas paredes da Gruta!, principalmente, considerando a espontaneidade desses registros como base para a cartografia. Decidimos, assim, fazer o levantamento fotográfico dessas paredes.

Em 23 de dezembro de 2024 (Fig. 23), retornei a Gruta!, entretanto dessa vez, na parte da manhã, quando ela não estava aberto e com atividades. Fui, novamente, acompanhado da Professora Doutora Karine Carneiro, com a intenção de fotografar as paredes do local, além de, produzir a linha do tempo e afixá-la na parede. A produção foi feita, mas não foi possível afixá-la devido à presença da decoração na parede que havíamos pensado e que não tinha sido previsto por nós.

Figura 23: Foto tirada minha e da Professora Doutora Karine Carneiro, no dia 23 de dezembro de 2024, enquanto confeccionávamos a linha do tempo



Fonte: Acervo do autor

Já no dia 6 de fevereiro de 2025 foi realizada a banca intermediária do TFG2, novamente com o Professor Doutor Guilherme Arruda como avaliador. Durante as considerações sobre o trabalho, foi explicitado ao avaliador a dificuldade em retornar à Gruta! para afixar o material somado, naquele momento, ao tempo reduzido para coleta das informações. Consideramos, conjuntamente, que o conteúdo das paredes já compunha um material denso e valioso para a pesquisa e decidimos que a linha do tempo poderia ser um produto a ser utilizado em um possível futuro aprofundamento deste trabalho.

Ainda, além do levantamento e análise das fotos das paredes, faríamos também a análise das redes sociais do espaço cultural. Nesse sentido, a cartografia das territorialidades da Gruta! seria/foi composta, num primeiro momento, pela sistematização das/os dados levantados relativos às inscrições nas paredes e, num segundo momento, pela sistematização dos dados levantados nas redes sociais, o que será apresentado a seguir.

4.1 Falando com as paredes: a cartografia física

Início este subitem referente às representações estético-políticas vinculadas à cartografia da Gruta!, ressaltando que analisei e compreendi os registros que foram feitos, ao longo do tempo, nas paredes da Gruta!. Ou seja, se trata de uma análise vinculada à percepção que perpassa minha subjetividade e ao modo com fiz a imersão que gerou uma experiência pessoal com o território. Nesse sentido, como a cartografia não busca A Verdade, mas produz aferições em que dela

participa, o que apresento pode ter outras interpretações divergentes da pensada, por mim, no momento deste registro.

Na visita do dia 23 de dezembro de 2024 (Figs. 24 e 25), percorremos a Gruta! tirando fotos das paredes de forma a conseguir registrar o máximo de informação possível do território e poder analisar as diversas territorialidades ali presente. Por meio deste trabalho foi possível perceber a pluralidade de apropriações feitas pelo público do espaço cultural e os discursos impressos nelas, tornando as paredes impregnadas de vida e significado, tanto por meio de artes como de escritos, grafites e adesivos.

Figura 24: Foto da Gruta! em que é possível perceber as diferentes formas de apropriação das paredes



Fonte: Acervo do autor

Figura 25: Foto da Gruta! em que é possível perceber as diferentes formas de apropriação das paredes

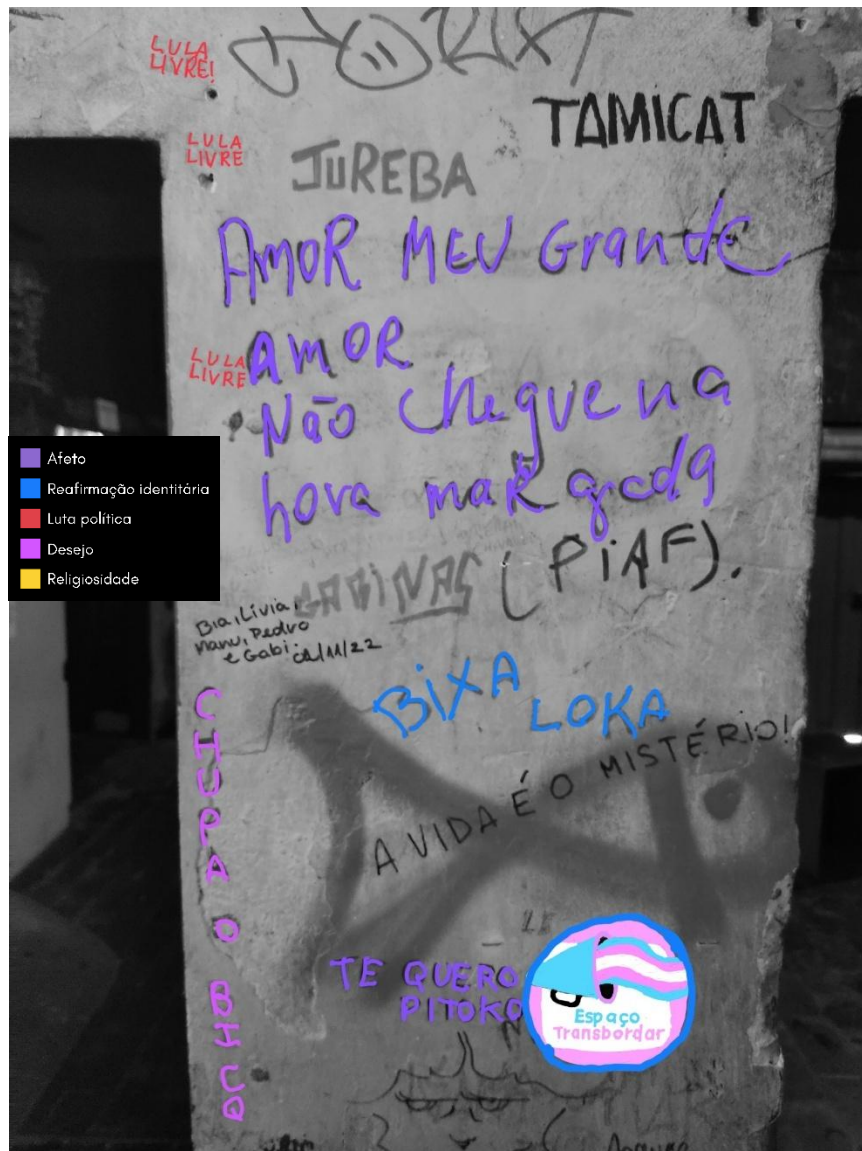


Fonte: Acervo do autor

As minhas análises das fotografias me levaram a perceber uma repetição de alguns discursos e lutas no meio de tais apropriações. Assim, comecei a analisar as fotos tiradas no local a fim de encontrar e delimitar os registros, para assim, compreender algumas das territorialidades mais delimitadas das quais a Gruta! se tornou o veículo para a suas manifestações e reafirmações.

A partir de tal constatação, a escolha foi por tratar as imagens de forma que elas ficassem em preto e branco, para então fazer a delimitação das territorialidades observadas em cores (Figs. 26 e 27). São elas: religiosidade (seja pela sua afirmação ou recusa por ela), reafirmação identitária, lutas políticas, afetividades e desejo.

Figura 26: Foto tirada de uma parede da Gruta! em que é possível perceber a variedade de apropriações perceptíveis



Fonte: Acervo do autor

Figura 27: Foto tirada de uma parede da Gruta! em que é possível perceber a variedade de apropriações perceptíveis



Fonte: Acervo do autor

Após o estudo dessas imagens, foi pensada a produção de uma planta baixa, esquemática (Anexos 1,2,3 e 4), sem um caráter formal de levantamento pela falta de rigor pelas medidas reais ou escala, mas como forma de representação visual e um meio de apresentar a disposição das fotos na espacialidade da Gruta!. Juntamente a isso foi feita uma organização das fotos por ambientes presentes no espaço cultural de forma a fazer uma reconstrução parcial das paredes e suas apropriações para apresenta-las no corpo desse texto.

Pela análise das fotos é perceptível a livre apropriação do território, tornando-o um espaço vivo e de r-existência, uma vez que por permitir os registros nas paredes, a agência da luta deixa de ser apenas de quem frequenta a Gruta! e passa a ser do próprio território. Para além disso, tal processo se torna chave para a ontologia do espaço cultural, uma vez que, se tratando de um território em que a população LGBTQIAPN+ se sente livre e pertencente, as paredes comunicam mensagens de política, afeto, desejo, religiosidade e de sua

própria identidade, construindo um território ontológico nos moldes como apresentado por Escobar (2014). Isso porque as inscrições nos remetem, como será evidenciado nas figuras de síntese do levantamento, ao território em sua dimensão da ontologia política: a afirmação e a reafirmação do ser (direito à identidade); direito a um espaço para ser (**direito ao território**), direito ao exercício do ser (autonomia, organização e participação); e direito a uma visão própria do futuro.

Juntamente a isso, é interessante perceber a variedade de formas que são feitas as intervenções neste território político, mas também ontológico, transitando em escritos, grafites, desenhos, adesivos, colagens e posicionamento de quadros e esculturas. Isso demonstra que não somente as territorialidades são diversas, mas que o público que transitam por elas também é diverso e se sente representado e com uma identificação com variadas formas de registros e artes.

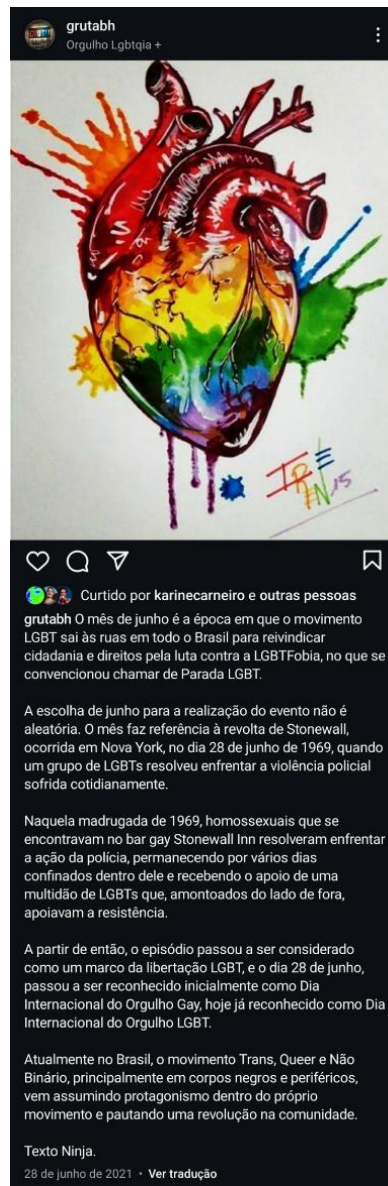
Para além disso, é importante perceber que apesar de não ser destacado por mim nas imagens, é notória uma sobreposição de registros feitos durante os anos de atividade da Gruta! demonstrando um processo de reinvenção desse processo, mas também de uma reafirmação de registros que não foram sobrepostos demonstrando a permanência do significado deles, gerando assim um território plural e participativo.

4.2 Cartografia digital: análise da comunicação pelo Instagram

Para além da análise das paredes da Gruta! foi também feito um estudo da rede social “Instagram” a fim de compreender as festividades que ali ocorrem, seu público e a forma em que a Gruta! se apresenta e comunica. Para tal, analisei cada publicação na intenção de observar os textos e imagens, em busca de compreender o público-alvo de cada publicação, a mensagem que está sendo comunicada, que tipos de eventos estavam sendo anunciados e quais territorialidades o ambiente digital da Gruta! abarcava.

Por meio dela, foi possível perceber para além do que contam as paredes, a pluralidade de eventos organizados e sediados na Gruta! e de públicos a quem elas se dedicam (Fig. 32 e 33). Tal variedade é criada por meio de proposições de temas, nomes e imagens que comunicam com cada nicho nas postagens, proporcionando territorialidades diversas e um pertencimento particular de cada grupo, sem, no entanto, criar um gueto isolado para cada um, mas um território único e plural concomitantemente.

Figura 32: Postagem no Instagram da Gruta! em homenagem ao Mês do Orgulho LGBTQIAPN+



Fonte: Instagram da Gruta!

Figura 33: Postagem de divulgação de um evento digital de divulgação e conversa com a artista Milena Torres



Fonte: Instagram da Gruta!

Além disso, tal ecleticidade de publicações também engloba o que foi encontrado nas paredes, enquanto territorialidades desejo, lutas políticas e reafirmações identitárias (Anexo 5, 6 e 7). Isso ao se analisar as descrições, chamadas e imagens de cada evento/publicação.

É importante analisar as publicações e festividades que carregam uma questão de luta política da Gruta! pelo seu caráter comunitário e de acolhimento, como por exemplo a festa “Não Sou Nenhum Roberto” que não só tem como

objetivo abraçar aqueles que foram expulsos ou não se sentem pertencentes do ambiente familiar, mas também oferece um jantar comunitário, aberto inclusive para a população de rua de Belo Horizonte.

Para além disso, as postagens da Gruta! também englobam outras áreas além das territorialidades trabalhadas anteriormente como, por exemplo, a necessidade de auto promoção nas redes sociais, mas sempre feita de forma a se posicionar enquanto um território de cultura e inclusão (Anexo 8). Em adição, são feitas publicações de apoio a outros empreendimentos culturais, sejam em que esteja participando dos eventos como parceira ou em apoio a iniciativas de defesa da cultura.

Outra questão analisada no Instagram da Gruta! é o período em que esteve fechada devido a pandemia global da COVID-19, em que por ter fechado as portas e, ainda, sem apoio da Lei de Incentivo a Cultura, se vê em um momento de muitas dívidas e sem entrada de dinheiro, recorrendo então à um financiamento coletivo para manter o espaço cultural funcional (Anexo 9). Tendo sido lançada digitalmente, a campanha também proporcionou diversas festas digitais para promover a arrecadação de dinheiro, mas tais festas também carregaram uma vontade de manter unida e acolhida a comunidade que pelo distanciamento social necessário e reclusão em casa perdeu a referência dos encontros e comemorações em um território de acolhimento e afeto. Tal campanha e festividades digitais demonstram a relevância do território para a população que o frequenta, uma vez que o financiamento teve engajamento e o retorno da Gruta! ao funcionamento de portas abertas foi ansiado e desejado pelo seu público.

4.3 Gruta! r-existência e ontologia vivenciada e registrada

Ao presenciar, ouvir relatos, ler, ver e agora escrever sobre a Gruta! é perceptível que o seu território vai além de um mero espaço físico e sem agência, mas um território de criação de identidade, de luta, de reivenção de si e da comunidade e que transcende os limites de suas paredes apropriadas, entretanto sua materialidade é indispensável no processo de reunião, convivência e comemoração de toda uma comunidade que fora deste território é perseguida, agredida, silenciada e morta, por isso a Gruta! é território político, é território ontológico, é território de vidas diversas, fora do padrão cisheteronormativo.

A Gruta! é um território que é tanto privado quanto público, permitindo uma apropriação dele de forma fluída, ofertando a possibilidade de um anonimato e reclusão dentro de um ambiente fechado e escondido, mas também uma apropriação do espaço público da calçada tornando-se, então, um lugar contário ao que outrora era inseguro e hostil, mas que se ergue como acolhedor e afetivo. É um território que demonstra que a presença e vivência de comunidade gera o sentimento de pertencimento, segurança e uma noção de si diferente da imposta por um sistema patriarcal, cisheteronormativo, capitalista e colonialista, é a comprovação de que subversões individuais e anônimas tem ganhos potentes e transformadores.

5. Conclusões finais

Esse Trabalho de Final de Graduação foi um processo desafiador e edificante, por meio dele, enfim, me encontrei no curso de Arquitetura e Urbanismo. Por meio da pesquisa e do estudo de territórios, pude trabalhar de forma a aproveitar do meu privilégio do acesso à universidade federal como forma de produzir algo que possa contribuir para o processo da minha comunidade LGBTQIAPN+.

Além disso, trabalhado com o método cartográfico fui desafiado a mudar minha forma de analisar e estudar, me abrindo o horizonte para um processo rico e instigante que me proporcionou experiências e vivências ricas e transformadoras. Esta pesquisa não teria a profundidade e poder que tem se eu não tivesse imergido no território e me tornasse uma peça participante do estudo.

Todo o processo foi importante para poder trazer a Gruta! para um ambiente acadêmico, apresentando assim, um território ontológico, r-existente e subversivo, com o poder de transformação social gerado por um processo orgânico e espontâneo, sem a necessidade de um projeto ou arquiteto por trás. Sendo este meu objetivo inicial ao pensar em um tema de TFG, uma vez que durante meus estudos na universidade compreendi um caráter demiúrgico nas ações dos profissionais da Arquitetura e Urbanismo, que consideram que os projetos de espaços irão sempre resolver os problemas da sociedade.

Referências

4 fatos que marcaram criação do Grupo Gay da Bahia, 41 anos atrás. **Guia Gay Salvador**, Salvador, 2021. Disponível em: <<https://www.guiagaysalvador.com.br/noticias/cidadania/4-fatos-que-marcaram-criacao-do-grupo-gay-da-bahia-41-anos-atras>>. Acesso em: 18/01/2024

BORTOLOZZI, Ramon Matheus. **Mosaico de Purpurina**: revisitando a História do Movimento LGBT no Brasil. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde, vol. 13, n. 3, p. 691-695, setembro, 2019.

BRAGA, Gésner. A revolta de Porto Sauípe: a força popular que desafia o preconceito revestido de dogma religioso. **CLIPPING LGBT+**: Uma seleção de notícias coloridas, Salvador, 2016. Disponível em: <<https://www.clippinglgbt.com.br/a-revolta-de-porto-sauipe-a-forca-popular-que-desafia-o-preconceito-revestido-de-dogma-religioso/>>. Acesso em 12 de dezembro de 2023

CAMARGOS, Moacir Lopes de. O surgimento das Parada LGBT no Brasil. GREEN, James N., et al. **História do Movimento LGBT NO BRASIL**. 1ª edição. São Paulo. Alameda, 2018. p. 421-434

CARVALHO, Ketryn. Chanacomchana: Conheça a história do Stonewall brasileiro. **Observatório G**, São Paulo, 2019. Disponível em: <<https://observatoriog.com.br/noticias/cultura/chanacomchana-conheca-a-historia-do-stonewall-brasileiro>>. Acesso em: 18/01/2024

CORREIA, Nildo. Da operação limpeza à cura gay: Os 40 anos de luta do movimento LGBT no Brasil. **Blog Diversidade**, 2018. Disponível em: <<https://diversidade.blogsdagazetaweb.com/2018/06/01/da-operacao-limpeza-a-cura-gay-os-40-anos-de-luta-do-movimento-lgbt-no-brasil/>>. Acesso em: 18/01/2024

DESALI. **Não que eu possa esquecer**. *Desali*, 2012. Disponível em: <<https://www.desali.com.br/nao-que-eu-possa-esquecer/>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

EDUCAÇÃO SEM HOMOFOBIA: História do Movimento Social Feminista e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais). **FAFICH UFMG**, Belo Horizonte. Disponível em: <<https://www.fafich.ufmg.br/educacaosemhomofobia/TextosSite/AULA6-ESH2.pdf>>. Disponível: 18/01/2024

ESCOBAR, Arturo. **Sentipensar con la tierra**: Nuevas lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia. 1ª edição. Medellín. Ediciones UNAULA, 2014.

FERRAZ, Thais. Movimento LGBT: a importância de sua história e do seu dia. **Politiz**, Florianópolis, 2017. Disponível em: <[https://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/#:~:text=No%20Brasil%2C%20o%20movimento%20LGBT,militar%20\(1964%2D1985\).&text=O%20peri%C3%B3dico%20frequentemente%20denunciava%20a,Ferro's%20Bar%2C%20frequentado%20por%20I%C3%A9sbicas](https://www.politize.com.br/lgbt-historia-movimento/#:~:text=No%20Brasil%2C%20o%20movimento%20LGBT,militar%20(1964%2D1985).&text=O%20peri%C3%B3dico%20frequentemente%20denunciava%20a,Ferro's%20Bar%2C%20frequentado%20por%20I%C3%A9sbicas)>. Acesso em 12 de dezembro de 2023

FERREIRA, Denison da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência Geográfica. **Revista Campo-Território**, Uberlândia, v. 9, n. 17, p. 111–135, maio, 2014.

FOTOS ANTIGAS DE BELO HORIZONTE. Parque Municipal, década de 50. *Facebook*, [s.d.]. Disponível em: <<https://www.facebook.com/FotosAntigasDeBeloHorizonte/photos/parque-municipal-d%C3%A9cada-de-50/287850241353084/>>. Acesso em: 18 mar. 2025.

Fotos da primeira Parada Gay de SP: Bandeiras, arco-íris e tudo por fazer. **El País**, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2017/06/14/album/1497452267_727156.html#foto_gal_1>. Acesso: 18/01/2024

GIMENEZ, Luiz Othavio. Coronavírus: Bares LGBTQ+ de BH lançam 'vaquinha online' durante pandemia. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/cultura/2020/07/17/interna_cultura,1167827/coronavirus-bares-lgbtq-de-bh-lancam-vaquinha-online-durante-pande.shtml>. Acesso: 22/01/2024

GREEN, James N., et al. Apresentação: 40 anos do Movimento LGBT brasileiro. In: GREEN, James N., et al. **História do Movimento LGBT NO BRASIL**. 1ª edição. São Paulo. Alameda, 2018. p. 9-14

HURTADO GÓMEZ, Lina María; PORTO GONÇALVES, Carlos Walter. **Resistir y Re-existir**. GEOgraphia, Niterói: Universidade Federal Fluminense, v. 24, n. 53, 2022. DOI: 10.22409/GEOgraphia2022.v24i53.a54550. Disponível em: <<https://www.researchgate.net/publication/365770754>>. Acesso em: 2 mar. 2025.

JESUS, Jaqueline Gomes de. XICA MANICONGO: A TRANSGENERIDADE TOMA A PALAVRA. **Revista Docência e Cibercultura**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 250–260, 2019. DOI: 10.12957/redoc.2019.41817. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/re-doc/article/view/41817>>. Acesso em: 2 mar. 2025.

LOPES, Rodrigo Cruz. Tivemos um “Stonewall” brasileiro?. **Mídia Ninja**, 2022. Disponível em: <<https://midianinja.org/news/tivemos-um-stonewall-brasileiro/>>. Acesso em: 18/01/2024

MOTT, Luiz. O Imprescindível GGB, Grupo Gay da Bahia. GREEN, James N., et al. **História do Movimento LGBT NO BRASIL**. 1ª edição. São Paulo. Alameda, 2018. p. 211-226

NARDINI, Alessandra. **O movimento Hip Hop no Taquaril: expressões culturais e práticas políticas na Zona Leste de Belo Horizonte**. Dissertação (Mestrado em Estudos Culturais Contemporâneos) – Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências Humanas, Sociais e da Saúde, Belo Horizonte, 2018.

PASSOS, Eduardo; BARROS, Regina Benevides de. A cartografia como método de pesquisa-intervenção. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCOSSIA, Lilliana da. **PISTAS DO MÉTODO DA CARTOGRAFIA: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. 1ª edição. Porto Alegre. Sulina, 2009. p. 17-31

Pegação em Belo Horizonte, Minas Gerais. **Gay Cruising**, Belo Horizonte, 2024. Disponível em: < https://www.gays-cruising.com/pt/belo_horizonte/minas_gerais/brasil#map-zoom=10&map-lat=-20.124931734492453&map-Ing=-44.070556636434056>. Acesso: 22/01/2024

Porto-Gonçalves, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: **Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado**. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2006.

QUEIROZ, Luiz Gonzaga Morando. VESTÍGIOS DE PROTOATIVISMO LGBTQIA EM BELO HORIZONTE (1950-1996). **REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, vol. 1, n. 4, p. 62-76, novembro, 2018.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James N., et al. 1ª edição. São Paulo. Alameda, 2018. p. 15-38

REITZ, Agnes. **Cintura Fina: a saga da travesti perseguida por policiais e amada por prostitutas**. *Projeto Colabora*, 31 jan. 2021. Disponível em: <<https://projctocolabora.com.br/ods5/cintura-fina-perseguida-por-policiais-e-amada-por-prostitutas/>>. Acesso em: 18 mar. 2025.

SERPA, Verônica. **Quem foi Xica Manicongo, travesti negra homenageada em desfile da Paraíso do Tuiuti**. Alma Preta, 05 março 2025. Disponível em: <<https://almapreta.com.br/sessao/cultura/quem-foi-xica-manicongo-travesti-negra-homenageada-em-desfile-da-paraíso-do-tuiuti/>>. Acesso em: 05/03/2025.

SILVA, Sandro. Pontos de encontro e desencontro: a sociabilidade e o cotidiano de homossexuais em ruas, cinemas, bares e boates na cidade do Recife (1970-1980) In: MAIOR, Paulo Souto; QUINALHA, Renan. **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**. 1ª edição. São Paulo. Elefante, 2023. p. 301-320

SOUBH. *Inferninho icônico do underground de BH, Gruta, reabre as portas nesta sexta*. Disponível em: <<https://soubh.uai.com.br/noticias/variedades/inferninho-iconico-do-underground-de-bh-gruta-reabre-as-portas-nesta-sexta/>>. Acesso em: 16 mar. 2025.

SOUZA, Márcio Ferreira de. **Cintura Fina: da correnteza ao remanso**. *ArtCultura*, v. 23, n. 42, p. 291-296, jul.-dez. 2021. Disponível em: <<https://seer.ufu.br/index.php/artcultura/article/view/61866>>. Acesso em: 16 mar. 2025.